

AVENÇA

MENSÁRIO
DA
CGTP-IN

Novembro/Dezembro de 1991
3.ª Série — N.º 12
R. Vitor Carlos, 1, 3.º
1294 Lisboa Codex
40500



ALAVANCA

CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
51376
NR
92, 8, 8

40

NO MÁXIMO!

Conferência Sindical Nacional

EDITORIAL

Melhorar a qualidade de vida

A realização da Conferência Sindical Nacional, nos dias 13 e 14 de Dezembro, visa melhorar a capacidade de intervenção da CGTP-IN face às novas realidades sociais, económicas e políticas que se colocam, quer no plano nacional quer no plano internacional.

Pretende-se, desde logo, encontrar respostas adequadas para os problemas imediatos e de ordem prática que se colocam à estrutura sindical, no campo da acção reivindicativa, da organização e da intervenção no quadro da CEE, tendo em vista designadamente:

1. Alargar a capacidade reivindicativa e a intervenção da CGTP-IN na sociedade;
2. Reforçar a organização, em particular a organização de base, com uma maior participação dos jovens trabalhadores e revitalizar toda a estrutura;
3. Proporcionar um melhor conhecimento da Comunidade Europeia e perspetivar a sua evolução, em todas as vertentes, definindo, neste quadro, as linhas de acção da CGTP-IN;
4. Reforçar a unidade dos trabalhadores e a unidade sindical, na aplicação dos princípios da CGTP-IN;
5. Desenvolver o exercício dos direitos sindicais;
6. Levar à prática uma acção sindical combativa, interventiva e eficaz, quer no plano nacional quer internacional.

O debate e a discussão estão abertos. Vamos participar para melhor intervir.

Em tempos de discussão do programa do Governo, de negociação de alguns dos principais Acordos Colectivos de Trabalho, tem todo o Movimento Sindical de redobrar os seus esforços e a sua acção — sem descurar o debate dos temas da Conferência Sindical Nacional — para conseguir resultados que não só defendam os direitos de quem trabalha mas contribuam efectivamente para melhorar a sua qualidade de vida.

E se melhorar a qualidade de vida passa por combater a precariedade, garantindo o direito ao emprego, reduzir o horário de trabalho para o máximo legal de 40 horas semanais, conseguir reformas nas políticas de segurança social, higiene e segurança no trabalho, de saúde e de habitação, o fazer crescer os salários reais e as pensões de reforma são objectivos que têm de ter todo o nosso empenhamento.

O patronato, o Ministério das Finanças e todo o Governo, terão que sentir e perceber que o desenvolvimento e a reestruturação do aparelho produtivo do nosso país, bem como o necessário combate à inflação, não podem continuar a ser feitos na base de uma política de baixos salários e, em muitos casos, de flagrantemente e grandes injustiças.

Salários médios da ordem de 67 contos, salários mínimos de 40 100\$00 e pensões de reforma, com aumento e só a partir de Dezembro, de 20 800\$00, são valores próprios de uma economia subdesenvolvida e não de um país da Comunidade Europeia.

O Movimento Sindical, a CGTP-IN, tem que ter uma estratégia que, confrontando a estratégia do Governo e do patronato, não só consiga uma melhoria da distribuição da riqueza nacional criada, mas aproxime o nível de vida dos portugueses dos seus parceiros comunitários.

Manuel Lopes

PARA MELHOR INTERVIR

Ridículo. Esta a forma como a CGTP-IN qualificou o aumento das pensões anunciado pelo Governo.

O valor das pensões continua a não permitir uma vida digna, continua a afastar-se dos salários, não corresponde às promessas elei-



torais, nem à capacidade financeira da Segurança Social.

A CGTP-IN insiste em que o valor da pensão mínima do regime geral deverá passar para 27 500\$00 e que o Orçamento de Estado para 1992 contemple esse aumento. É possível e é necessário.

CEE/SINDICATOS

Protecção contra despedimentos colectivos

Desde 1975, que existe uma directiva que obriga o empregador que pretenda proceder a despedimentos colectivos, a informar e consultar os representantes dos trabalhadores com vista a um acordo e a notificar a autoridade competente do seu projecto.

Hoje com as novas realidades marcadas por fusões e concentrações de empresas nacionais e transnacionais, esta directiva deixou de oferecer as mesmas garantias aos trabalhadores.

Por esta razão, a Comissão apresentou uma proposta de modificação da directiva de 1975, aplicando-a às empresas transnacionais e reforçando o seu carácter obrigatório.

A proposta, segundo um calendário proposto pela Comissão, deverá ser aprovada pelo Conselho de Ministros por unanimidade antes de Julho de 1992 e entrar em vigor a 1 de Janeiro de 1993.

O texto da proposta prevê que em caso de despedimento colectivo, pretendido seja pelo patrão directo, seja pela administração central de um grupo de empresas, o procedimento de concertação e de informação dos trabalhadores instituído pela directiva de 1975 deverá ser aplicado.

Este procedimento implica que os trabalhadores sejam informados e consultados pela direcção — a proposta acrescenta em tempo útil — sobre as possibilidades de evitar ou reduzir — ao mínimo refere o texto — os despedimentos colectivos e sobre as possibilidades de atenuar as consequências.

Em relação ao texto de 1975, a Comissão sugere, também, que o empregador esclareça, não somente as razões do projecto de despedimento, sua duração e número de despedidos, mas também as categorias dos trabalhadores visados e os critérios que presidiram à escolha das «vítimas».

O texto proposto convida os estados membros a adotar «as medidas necessárias para que, em conformidade com a legislação e a prática nacionais, os trabalhadores sujeitos a despedimentos colectivos (...) tenham direito a uma indemnização de partida ou a outras prestações similares cujo montante e fixação em função da antiguidade e do nível do salário e que são pagas directamente pelo empregador ou por um fundo de garantia estabelecido pelo estado membro».

A Comissão, por outro lado, insiste sobre a necessidade de aplicar realmente a esta Acção. Assim ela acrescenta um artigo incitando a criação de procedimentos jurisdiccionais aos quais os representantes dos trabalhadores poderão recorrer, quando outros procedimentos como a mediação e a arbitragem não tenham resolvido o contencioso. No caso, não se aplica a directiva de revisão e a anulação dos despedimentos, disposição, aliás, já em vigor em seis Estados da Comunidade (Alemanha, Itália, Portugal, Holanda, Grécia e Luxemburgo).

Por fim, a Comissão propõe introduzir na directiva uma referência à promoção da aplicação de convenções colectivas mais favoráveis aos trabalhadores.

Sistemas de protecção social

A aproximação progressiva dos doze sistemas de protecção social existentes na Comunidade surge cada vez mais como uma condição indispensável ao êxito do grande mercado europeu de 1992.

Para preencher esta condição, a Comissão europeia propôs uma recomendação — texto não imperativo mas com valor político — que identifica os objetivos para os quais devem convergir os doze países da CEE, para harmonizar no progresso os seus sistemas de segurança social.

Segundo o executivo comunitário, é necessário suprimir um dos maiores obstáculos à livre circulação dos cidadãos: a dispersão dos sistemas de segurança social no interior da Comunidade. Actualmente, as diferenças entre os regimes de cobertura social entram a mobilidade de muitos trabalhadores comunitários. Por outro lado, existe o risco de se assistir ao desenvolvimento do «turismo social», isto é, a busca de instalação, por parte dos trabalhadores, em países onde a cobertura social seja mais avançada.

Segundo a Comissão, existem ainda outras razões válidas para propor a convergência das políticas de segurança social.

Em primeiro lugar, é necessário afastar a tentação de uma «desvalorização do social», para compensar a maior disciplina económica e monetária imposta pela união económica e monetária. Dito de outra forma, o «social» não deve pagar o rigor orçamental previsto na perspectiva de 1993.

Em seguida, é necessário que os sistemas programados para objetivos comuns que levem devidamente em conta as evoluções demográficas e sociais da sociedade europeia. Por exemplo, o envelhecimento da população que provoca profundas alterações na repartição dos trabalhadores-pensionistas. A dualização do mercado de trabalho na sequência do aparecimento de grupos cada vez mais numerosos de trabalhadores com vínculo precário (trabalhadores temporários ou a tempo parcial). O enfraquecimento da célula familiar devido ao crescimento do número de famílias monoparentais e de pessoas isoladas. O desenvolvimento das situações de exclusão social. O aumento dos custos da saúde e a necessidade de os gerir de forma eficaz.

A largado apoio a Portugal

A Comissão Europeia decidiu atribuir 15 milhões de ECUS para alargar a iniciativa comunitária RENAVAL em Portugal para a reconversão dos estaleiros navais. Recorda-se que a primeira decisão data de Novembro de 89 atribuindo 9 milhões de ECUS para um programa na Península de Setúbal.

Este alargamento inclui dois tipos de medidas: a primeira sobre as infra-estruturas de apoio à actividade económica e a melhoria do ambiente; a segunda constitui um regime de ajuda aos pequenos investimentos na Península de Setúbal, destinados a encorajar a criação de novas empresas ou actividades de profissões liberais implicando a criação de postos de trabalho.

Fusões e concentrações de empresas

O fenómeno das concentrações de empresas está em expansão. Um relatório recente da Comissão revela que entre 1984 e 1989 o número de fusões duplicou, passando de 204 a 492 operações. Em particular são as operações transnacionais que aumentam de forma mais significativa: se em 1984 representavam 18,7 por cento das operações de concentração (65,2 eram nacionais e 16,1 extra-comunitárias), em 1989 representam 40 por cento (47,4 de fusões nacionais e 12,6 em empresas não comunitárias).

Informação INFORAPID

Mulheres

Razões da nossa acção

As mulheres têm andado ultimamente nas bocas do mundo, tudo por causa do assédio sexual.

O caso do assédio sexual que envolveu um juiz conservador e uma sua ex-collega, ocupou durante dias as manchetes dos jornais e foi folhetim televisivo nos Estados Unidos — o juiz era figura pública apoiada pelo Presidente Bush como candidato ao todo poderoso Supremo Tribunal quando o estado puritano oficial na nação americana.

É o caso de assédio no nosso país a uma funcionária da multinacional Nestlé que acabou com a condenação da empresa, foi notícia mais modesta em alguns órgãos de comunicação social dando outros mais relevo ao despedimento de uma trabalhadora grávida numa empresa do distrito de Braga.

Mas não se ficam por aqui os acontecimentos que envolvem mulheres ou os que as têm como acontecimento.

Em França são clínicas e centros de planeamento familiar que são alvo da acção de comandos «purificadores» de costumes.

Na Irlanda é a proibição de qualquer informação e publicidade sobre clínicas inglesas onde é possível interromper a gravidez.

Na Alemanha é o Parlamento que está dividido por causa de uma nova lei sobre o aborto já que, devido à unificação alemã, existem duas leis uma, restritiva e punitiva outra, mais liberal.

Neste mundo em pro-



funda mutação não admira que a mulher volte, a ser alvo de preocupação e acções contraditórias e contrárias por parte de indivíduos, de grupos, de partidos, de governos, de igrejas.

Continuam a existir aquelas que pretendem reduzir as mulheres novamente a um papel tradicional na sociedade cujo conteúdo e desempenho é por elas criado e ditado. Continuam a existir os que consideram-nos «flores» necessárias à decoração do mundo dos negócios, da política, do trabalho, — «flores» que deve ser por elas cuidadas ou esmagadas conforme os humores e necessidades.

Continuam a existir os que pretendem fazer preleções, como absolutos e divinos, certos valores e que defendem e castigam porque não esquecem a frequência de eva, face à maçã tentadora e ao facto de a ter dado a prova ao seu companheiro. E por fim os que, rendendo-se definitivamente ao deus Mercado, imolam no

seu altar, de preferência, as mulheres quando surjem os obstáculos à concorrência, aos ganhos, ao enriquecimento dito/confundido com desenvolvimento e modernização.

A realidade, porém, é hoje muito mais complexa no que respeita à existência vital das mulheres. Graças à sua luta e organização aos mais diversos níveis e nos mais diversos campos as mulheres têm hoje de si mesmas uma consciência diferente embara de diverso grau e diversificação.

Mulheres e homens, têm de encarar a emancipação das mulheres como uma procura mais global da redefinição das pessoas enquanto indivíduos mas também enquanto seres em relação.

É por isso que vimos hoje também mais do que ontem as instituições internacionais — CEE, Loyal Europe das Mulheres, a OIT, o Conselho da Europa, a ONU — preocupados em produzir normas e em equacionar os direitos das mulheres de uma outra forma ou seja não a confinando a mundos específicos: trabalho, escola, casa, etc., mas partindo da sua inserção social, dos problemas e situações com que se confronta,

perspectivar esses direitos relacionando-os dinamicamente entre o individual e o social.

E nesta e com esta perspectiva que fazemos, por exemplo, a defesa da função social da maternidade não a desligando do direito da mulher de livremente exercer essa mesma função e simultaneamente criando condições para o exercício responsável das suas opções.

Quando lutamos pela diminuição do tempo de trabalho quando lutamos por mais estruturas sociais de apoio (creches, infantários) quando lutamos contra a penalização de que são vítimas em salários e qualificações profissionais... estamos a lutar por uma nova concepção de maternidade mas estamos igualmente a lutar por uma nova mulher e pela humanização das relações sociais e de trabalho — CEE, Loyal Europe das Mulheres, a OIT, o Conselho da Europa, a ONU — últimos de todo o desenvolvimento e modernização. Este o sentido da nossa acção sindical, estas as razões da nossa luta e organização neste campo dito específico das mulheres.

Helena Policarpo

Comissão Europeia definiu Assédio Sexual

A Comissão Europeia definiu em Julho deste ano, em Bruxelas, a noção de assédio sexual no local de trabalho e apresentou um código de prática destinado a prevenir este tipo de comportamento.

A Legislação sobre sanções a adoptar será, no entanto, da competência dos diferentes Estados membros.

O assédio sexual no meio profissional é definido como um comportamento «intempestivo», com uma conotação sexual ou com qualquer outra atitude que afete a dignidade das mulheres e dos homens no trabalho.

De acordo com a Comissão Europeia, estes termos abarcam todo o comportamento psíquico, verbal ou não verbal inoportuno.

Segundo o texto do código de comportamento é inaceitável por ser intempestivo, abusivo e por agredir a pessoa em causa. O

facto de recusar ou aceitar este comportamento, acrescenta o texto, «tem a ver com uma decisão que afecta os direitos em matéria de formação profissional, de emprego e de manter de promoção ou mesmo de salário».

A Comissão Europeia sublinha que os trabalhadores devem considerar o assédio sexual como uma forma de «má conduta» e que devem tratá-lo de forma igual a qualquer outro tipo de comportamento semelhante.

Entretanto, a Secção dos Assuntos Sociais, da Família, da Educação e da Cultura do Comité Económico e Social elaborou em Outubro um parecer onde apontou como essencial, para o projecto no seu conjunto, que seja adoptada uma óptica justa e equitativa quando se estiver perante uma queixa, de modo a que o ónus da prova não recaia exclusivamente sobre o queixoso ou sobre o alegado autor do assédio.

Nota 1

É inegável o aumento das violações dos direitos dos trabalhadores nas empresas. A discriminação relativamente às mulheres atinge níveis de verdadeiramente alarmantes.

O caso do BCP é exemplar como atitude discriminatória. Agora a empresa de confecções Pedra Branca tentou uma inovação: a rescisão do contrato de trabalho, alegando omissão, na data de admissão, da informação sobre gravidez.

Os seus, qualquer dia as trabalhadoras vão ter de comunicar as situações patológicas a altura em que pensam ter filhos e quantos.

No caso presente, a denúncia feita pela CGTP-IL levou a empresa a recusar nos seus intentos. Mas quantos casos ocorrem na mais completa impunidade?

ALAVANCA

FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Coordenador da Edição: Mário Rui Ferradas; Redacção: Gonçalves André, Hermínio Fernandes, João Cardoso, Manuela Monteiro e Helena Policarpo; Fotografia: Júlio Silva; Grafismo e Maquetagem: Cristina Albuquerque e Rui Pereira; Cartoons: Humberto Santana; Colaboraram nesta edição: Fernando Marques e M. Fátima Lopes; Propriedade: Edições 1 de Outubro; Tiraagem: 75 000; Composição, Montagem e Impressão: Heska Portuguesa, SA; Depósito Legal: 45 077/81; Morada: Rua Vitor Góes, n.º 12 - 1294 Lisboa Codex; Telef.: 347 21 81 - FAX: 347 21 89 - Telex: 13 672.

Lisboa

Uma realidade feia

Entre 1988 e 1990, em 17 sectores, no Distrito de Lisboa, 3800 trabalhadores ficaram sem emprego devido a encerramentos de empresas. No total, a redução dos postos de trabalho cifrou-se em 15 600.

Os salários em atraso estão de volta. Em Lisboa já são cerca de mil os trabalhadores atingidos.

Por trás das apregoadas democracias de sucesso, crescimentos económicos, êxitos e optimismos nacionais, outra realidade mais palpável e menos apregoadá se levanta: a não reestruturação do aparelho produtivo e naturalmente a não introdução de novas tecnologias na produção, a fragilidade do preceito constitucional de segurança no emprego, com a negação do direito ao trabalho, o crescente aumento dos despedimentos colectivos e o retorno do fenómeno escan-

daloso dos salários em atraso.

Pelo menos é o que se pode deduzir dum levantamento efectuado pela União dos Sindicatos de Lisboa, tendo por objecto a redução dos postos de trabalho, despedimentos e empresas encerradas.

Ferrosamente incompleto, este estudo adianta que, entre 1988 e 1990, em 17 sectores considerados, 3800 trabalhadores ficaram sem emprego devido a encerramento de empresas do sector. A redução dos postos

de trabalho cifrou-se em 15 600, enquanto 852 trabalhadores foram vítimas de despedimentos.

No total, ficaram sem emprego 21 680 trabalhadores. Entretanto, anunciando-se já grandes reduções de postos de trabalho no sector dos ferroviários (5000) e aduaneiros (8000).

É de salientar que estes números pecam por defeito, por impossibilidade de abarcar todo o universo laboral do distrito. De fora, ficou a análise da qualidade de emprego e o ajustamento da precariedade que, como

se sabe, tem vindo a crescer de forma verdadeiramente assustadora.

Quanto aos salários em atraso verifica-se um crescimento que não prenuncia nada de bom. Cerca de mil trabalhadores estavam com salários em atraso na altura da realização do estudo, que temos vindo a citar. Os sectores mais atingidos eram os metalúrgicos, hidratos de carbono, comércio e gráficos.

Está e a realidade feia que o Governo tem feito o «favor» de esconder.

MASA-Metalúrgica

No dia 28 de Outubro de 1991, a empresa MASA-Metalúrgica Artística, SA encerra as suas portas, deixando no desemprego mais de 120 trabalhadores.

Empresa com grande capacidade de produção de Banheiras em chapa estampada e Lava-Louças (que chegou a liderar este Sector), dispoñdo de uma tecnologia razoável e um núcleo de bons profissionais, encerra as suas portas, não só aos trabalhadores, como também à economia nacional.

Alguns dos trabalhadores agora no desemprego, são Homens e Mulheres, com compromissos económicos para resolver, que se vêem a braços com carências e dificuldades. Outros, já com idade relativamente avançada e depois de uma vida de trabalho e sacrifício, vêm-se confrontados com o espectro do desemprego e da fome.

Em Fevereiro de 1991, foi a MOTOESA com cerca de 100 trabalhadores que fez Lock Out e encerrou as portas, sem que até à data se conheça qualquer diligência do Ministério do Emprego da Inspeção Geral do Trabalho mesmo depois do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, ter feito a denúncia junto das Entidades competentes.

ARTP e o Trabalho Infantil

A União dos Sindicatos de Braga considerou os documentários que a RTP passou sobre Trabalho Infantil, no Telegiornal, uma poderosa mystificação e ao mesmo tempo elucidativos do aproveitamento que o Governo fez da Comunicação Social, em favor da sua imagem, ao meter ao mesmo saco o trabalho ancestral das crianças na ajuda aos pais, contra o qual nada se tem, e a exploração despodorada do patronato na Indústria, Comércio e Serviços, através de baixos salários, agressões e desprezo pelos mais elementares direitos dos trabalhadores.

Coelima

A decisão sobre o futuro da Coelima continua adiado. Agora até 25 de Novembro.

Segundo a União dos Sindicatos de Braga existe confiança na viabilização e as promessas do Governo, via Governador Civil mantêm-se. Mas a verdade é que já lá vão 3 assembleias sem que nada decidam. Há mesmo quem não queira viabilizar a empresa.

Entretanto, até 25 de Novembro, os trabalhadores da Coelima vão continuar a lutar para que lhes seja reconhecido o direito ao trabalho.

Nota 2

É curioso verificar como o país mudou depois de 6 de Outubro. Antes, Portugal era o exemplo de uma democracia de sucesso, de um crescimento económico imparável, de um optimismo sem barreiras. O «ferreirismo» punha as auto-estradas a cruzar o país e todos os dias uma inauguração afirmava publicamente que o país estava a mudar.

Mas, no dia 7, tudo mudou. Ficámos com a impressão de que não se estava a falar do mesmo país. «A (esta acabou)», proclamou-se logo nesse dia na televisão.

E vieram alguns políticos e uns quantos economistas explicar à massa que era inevitável reffer o crescimento dos salários, que para a inflação baixar era necessário mandar abaixo o consumo e que para reestruturar o aparelho produtivo tinha de haver despedimentos. O Primeiro-Ministro adiantou mesmo que vinham aí anos de dificuldades.

Em suma, estas são as ideias com que todos os dias nos vêm massacrar, numa estratégia de preparação ideológica para a acção de resultados governativos menos bonos.

A desmancha-prazeres da CGTIP-IN é que já disse que «processos eleitorais são para cumprir.»

Braga Riqueza versus carências

A Comissão Executiva do Conselho Distrital da União dos Sindicatos do Distrito de Braga, reunida no dia 5 de Novembro, para o exame à situação social constatou o agravamento de salários, subsídios em atraso de que as empresas «Fumpac» Oficinas Metalúrgicas Peixoto, Lda., «António Peixoto, Lda.» «Malas Ferreira», Tinturaria Egara, Premali,

são o exemplo mais recente; os índices de que as assembleias de credores marcadas para os próximos dias não passarão de paleativos para manter a crise, de que a Coelima é exemplo e ainda a intransigência patronal no respeitante a saídas negociadas quer quanto a salários, caso da Continental Mabor e Mabor, SA, bem como em matéria de higiene e Segurança de que os exemplos de Produção de Calçado de

Setúbal

A recaída antes da recuperação

No distrito de Setúbal, os trabalhadores continuam a pagar os custos de todas as crises. Já pagaram a pesadíssima factura da chamada crise do modelo industrial e da política de estrangulamento das Empresas Públicas que custou dezenas de milhares de postos de trabalho perdidos, com o encerramento de mais de uma centena de empresas e com mais de 12 000 trabalhadores com salários em atraso. Foram os fatídicos anos 80, em que se chegou a atingir uma taxa de desemprego de 21%, com cerca de 65 000 trabalhadores desempregados, em finais de 1987.

Em resposta à luta sindical, o Governo acabou por negociar com a Comissão Europeia, uma operação integrada, canalizando para a Península de Setúbal mais de 90 milhões de contos dos Fundos Estruturais e facilitando grandemente o investimento estrangeiro, de que é exemplo mais significativo, o da Ford/Volkswagen.

A imagem do sucesso foi largamente propagandeada, mas os problemas sociais não estão eliminados.

Mal passaram as eleições, eis de novo os despedimentos em larga escala e mais empresas a anunciar o encerramento.

Recuando apenas alguns meses, constata-se já uma longa lista de encerramentos e despedimentos, com 3242 trabalhadores.

Sado internacional - 270°
Times - 500°
Prévilg - 40°
Cooperativa Militão - 30°
Iola - 36°
Iva - 50°

Géfa - 312°
Segate - 840°
Sularte - 25°
Intern. Paints - 25°
Clerigo - 120°
Comena - 120°
Hotel St. André - 22°
Relatórios Div. - 80°

«Despedimentos já consumados a) 88 despedidos. Processo concluído para os próximos 260.

Os salários em atraso reapareceram (Awab-Atlas, Faustino e Ventura, Clerigo, Previlg, Sado Internacional/Oleus Sta. Catarina e Estrela Moitense), havendo alguns concessionários de reletórios a «pagar» com cheques sem cobertura.

Perante esta situação, a US/CGTIP-IN, vê confirmados todos os «alertas» que vinha fazendo.

Os trabalhadores estão a pagar a factura passada em nome da nova lei dos despedimentos, da estratégia (socialmente cega) das multinacionais e, notoria-

Porto

Crescem os salários em atraso

A União dos Sindicatos do Porto divulgou em Conferência de Imprensa dados significativos relativamente a salários em atraso e acidentes de trabalho.

Assim, quanto aos salários em atraso, os dados foram obtidos por recolha directa e, dão conta que em Setembro de 1991, num total de 40 empresas, abrangendo 10 325 trabalhadores, a dívida ascendia a 1 000 570 contos.

De referir, que o sector têxtil era o mais afectado (21 empresas), logo seguido pela metalurgia (10 empresas).

Recordamos que em Julho do corrente ano, a USP denunciava que, em 27 empresas, com 6264 trabalhadores, a dívida era de 952 250 contos, pelo que, analisando os números de Setembro, se verifica em apenas dois meses um agravamento significativo da situação.

Quanto aos acidentes de trabalho, os dados reportam-se ao tratamento logístico dos Balancos Sociais/90, abrangendo 97 774 trabalhadores, em 198 empresas. No total registaram-se 16 320 acidentes de trabalho, uma média de 74 por dia.

Braga e Produção de Calçado de Navarra são os mais marcantes.

A União dos Sindicatos de Braga decidiu alertar a opinião pública para os si-

Para se alcançar uma imagem real da situação basta tentar uma projecção dos dados obtidos.

Assim, na amostra já referida, considerando-se 220 dias no ano, descontando fins-de-semana, férias e feriados, houve a registar que em cada 6 trabalhadores, um foi vítima de acidente de trabalho.

Quanto à gravidade dos acidentes, basta referir que 49% deram origem a baixa médica, sendo o número médio de dias perdidos por cada acidente de 15,8. Houve ainda a registar 18 casos mortais.

Por outro lado, as despesas mensais com Segurança foram de 1 350\$00 por trabalhador e as despesas com medicina no trabalho foram de 498\$00 por mês e por trabalhador.

Das 198 empresas consideradas apenas 69(34,8%) tinham Comissões de Higiene e Segurança.

A USP comentava no final: Palavras, para quê?

nas exteriores de riqueza em contraste com a crescente carência de investimentos, trabalhadores e de que o exemplo da Pachancho é elucidativo.

mente também, por efeitos de maior integração económica europeia.

Enquanto isto, o Governo faz que não vê e lava daí as mãos nos processos de despedimento colectivo, esquivando-se mesmo a responder as questões levantadas no Parlamento Europeu quanto ao caso Segate.

Com uma taxa de desemprego actual de 12,4% e uma preocupante tendência para crescer e com milhares de trabalhadores em situação de emprego precário, a situação social no distrito de Setúbal não é nada estável.

Os milhares de postos de trabalho que o Governo repetidamente diz que «foram» criados na Península de Setúbal, não o foram de facto. Esses postos de trabalho foram apenas «criados» nos projectos subsidiados, sendo em muitos casos apenas o justivo para o recebimento dos subsídios ao investimento. Algumas vezes, o que acontece, apesar dos subsídios recebidos,

é mesmo a redução de efectivos ou não se chegam sequer a criar os novos empregos.

Quanto à fiscalização e efectivo controlo das aplicações e resultados do investimento subsidiado, insistentemente reclamado pelos sindicatos, o Governo não diz e pouco faz.

E o «deixar andar» dos subsídios públicos para benefícios privados, numa política económica de mais que dividiada rentabilidade social.

Perante este quadro de desemprego no crescimento e resultados do investimento, grande parte do emprego precário; poucos e baixos subsídios de desemprego; alienação sistémica das empresas para o capital estrangeiro, é legítimo perguntar, desde já, quais vão ser os custos sociais de um próximo abanão na conjuntura económica e qual vai ser a gravidade de uma recaída no distrito de Setúbal?

M. Pisco Lopes

Objectivos imediatos

A CGTP-IN entende que, na presente situação, assume importância acrescida e determinante a unidade dos trabalhadores em torno da resolução dos seus problemas concretos, bem como a unidade de acção do movimento sindical face às grandes questões da política socioeconómica, designadamente pela satisfação dos seguintes objectivos imediatos:

A — Derrotar as pretensões de contenção salarial que o Governo pretende pôr em prática. Melhorar os salários, tendo em conta a inflação, os aumentos de produtividade, e a necessidade da sua aproximação aos níveis europeus. A luz destes critérios, os aumentos salariais devem situar-se nos 18%.

B — Aumentar os rendimentos dos estratos sociais menos privilegiados, exigindo a elevação do salário mínimo nacional para 50 000\$00, da pensão mínima do regime geral para 27 500\$00 e do valor mínimo do abono de família para 2600\$00, independentemente das medidas já anunciadas pelo Governo.

A CGTP-IN considera que estes aumentos devem ser estabelecidos urgentemente, sem prejuízo da necessidade de concretizar medidas no campo da segurança social, de forma a dar resposta adequada e eficaz às ne-

cessidades dos beneficiários, nomeadamente com a alteração do cálculo das pensões, a melhoria das prestações na doença, no desemprego e do abono de família.

C — Reduzir a duração semanal máxima legal do trabalho para as 40 horas e para as 35 horas nas profissões mais perigosas e desgastantes e estabelecer horários de trabalho que correspondam às necessidades sociais dos trabalhadores, designadamente respeitando o limite máximo diário e o descanso semanal.

D — Combater os conteúdos negativos da legislação laboral e criar condições e lutar pela revogação das suas normas gravosas.

E — Melhorar a qualidade e estabilidade do emprego. Combater a precariedade e os despedimentos.

F — Prosseguir a denúncia dos efeitos negativos do processo de privatizações e lutar pela defesa do SEE e dos direitos dos trabalhadores deste sector.

G — Valorizar e dignificar a formação profissional e as carreiras profissionais.

H — Melhorar as condições de higiene, saúde e segurança no trabalho.

I — Assegurar o exercício dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores. Combater as discriminações.

Pacote Laboral Publicados diplomas gravosos

Foi publicado no «Diário da República» um conjunto de 10 diplomas que integram o chamado pacote laboral.

Entre eles, contam-se as leis relativas aos regimes da cessação do contrato de trabalho por inadaptação, da duração do trabalho e do trabalho suplementar, do período experimental, da comissão de serviço e das férias.

Almal, todos aqueles que, muito justamente, mais contestação mereceram por parte dos trabalhadores e do seu movimento sindical.

Tal como diz a CGTP-IN, esta legislação vem precarizar, ainda mais, o emprego e vulnerabilizar as relações laborais, a nível da empresa, em desfavor dos trabalhadores.

Face à situação criada com a publicação desta legislação, a CGTP-IN afirma que não se manterá passiva e realinha que os trabalhadores saberão resistir a estas leis iníquas.

Pelas razões que fundamentou anteriormente as suas posições de oposição àqueles diplomas, a CGTP desenvolverá uma acção persistente, quer a nível dos locais de trabalho, quer a nível geral, visando contrariar na prática a aplicação dos objectivos do patronato e do governo, de forma a impedir os seus efeitos mais gravosos sobre os trabalhadores.



A central sindical promoverá ainda acções de sensibilização dos trabalhadores e junto da opinião pública, com vista a que os diplomas mais gravosos, contidos no conjunto de leis agora publicados, venham a ser revogados.

Governo excedeu as suas competências

O Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade orgânica de dois projectos de decretos-leis inseridos no Pacote Laboral: o projecto de alteração do *Lay-off* e o novo regime jurídico do serviço doméstico.

Mais uma vez, o Governo, não obstante todas as advertências da CGTP-IN, decidiu legislar sobre matérias que constitucionalmente não lhe pertencem.

Repetiu-se, agora, aquilo que já tinha acontecido com a autorização legislativa do Pacote Laboral.

Tudo isto acontece porque o Governo insiste, de uma forma prepotente, em não respeitar as regras de funcionamento e distribuição de competências dos vários órgãos com poder legislativo.

A CGTP-IN congratula-se com esta decisão do Tribunal Constitucional porquanto ela visa repor a legalidade e simultaneamente colocar o Governo no seu lugar.

Durante a campanha eleitoral, o PRD e Cavaco Silva assumiram compromissos e fizeram promessas.

Agora, vão ter de as cumprir. A acção da CGTP-IN não deixará que elas caiam em «saco roto».

Entretanto, logo após o 6 de Outubro, verificou-se o recrudescimento da repressão e de tentativas de

O Plenário da CGTP-IN de 16 de Outubro analisou os resultados das eleições e concluiu que a «vitória eleitoral do PSD se alicerçou num conjunto de factores conjunturais que se mostraram determinantes em termos de votação do eleitorado». Entre esses factores, os sindicalistas salientaram «as condições económico-financeiras favoráveis que se viveram em Portugal nos últimos 5 anos, fortemente influenciadas pela componente externa, pelos lucros dos fundos comunitários e pelas receitas provenientes da delapidação do património empresarial do Estado; os acontecimentos internacionais, nomeadamente os que produziram situações de grande instabilidade política e social; a falta de credibilidade de uma alternativa política de esquerda; a governamentalização do aparelho de Estado e o aproveitamento partidário da administração pública; a fuga ao debate democrático; a manifestação de instrumento importantes da comunicação social».

A CGTP-IN considera que «a conjuntura económica favorável que se viveu não foi devidamente aproveitada para se proceder às necessárias e urgentes correcções estruturais do tecido produtivo, ao incremento de uma política de valorização dos recursos humanos e ao combate às injustiças e desigualdades mais profundas que a nossa sociedade transporta».

Tal facto, determinará dificuldades acrescidas para enfrentar os grandes desafios que Portugal tem pela frente, designadamente os que decorrem do processo de integração na CEE.

Entretanto, surgem indícios preocupantes que apontam para uma inversão da situação económica: o investimento está praticamente estagnado, verificando-se mesmo o seu decréscimo na indústria; o défice comercial agrava-se, registando-se uma grande diminuição das exportações e o aumento das importações; o consumo iniciou uma fase de desaceleração; há

empresas em ruptura financeira.

Para a CGTP-IN, «o crescimento económico que no ano passado, se fixou nos 4,4 por cento, não irá situar-se nos 3,5 por cento, como fora previsto pelo Governo, mas antes em índices inferiores que alguns especialistas já estimam em 2,5 por cento».

Despedimentos Colectivos

Alis não deixa de ser significativo, salienta a CGTP-IN, «o facto de, imediatamente a seguir às eleições, se terem verificado em muitas empresas o recrudescimento da repressão patronal, acompanhado de tentativas de violação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores».

Ao mesmo tempo, foram anunciados novos despedimentos colectivos: Firestone-Alcochete (370 trabalhadores); Siemens-Évora (124 trabalhadores); IFM-Tomar (300 trabalhadores); Diapal (50% dos trabalhadores).

Estes casos, a juntarem-se à grave situação que já se vivia em alguns sectores (têxtil, calçado, borracha, tintas, cerâmica, material eléctrico e electrónico) ou mesmo em termos regionais (Vale do Ave), suscitam justificadas apreensões.

Estes factos justificam a apreensão da CGTP-IN que afirma que «face aos resultados das legislativas, tornam-se mais preocupantes as perspectivas de um novo período de pressão sobre os direitos e interesses dos trabalhadores».

E com confiança que os sindicalistas presentes no plenário afirmam que «a luta desenvolvida pela CGTP-IN, no quadro político precedente, e os resultados positivos que foram alcançados, confirmam que os trabalhadores dispõem de uma grande capacidade reivindicativa e que estão dispostos a combater pelos seus direitos e interesses».

A CGTP, tendo presente esse espírito de luta, considera que existem condições para melhorar significativamente a situação dos trabalhadores portugueses.

A CGTP-IN tem

CGTP-IN co

UMA



COM

CGTP-IN considera necessária

UMA ATITUDE



COMBATIVA

violação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo foram anunciados novos despedimentos colectivos. Apesar disso, a CGTP-IN encara o futuro com confiança, na certeza que os trabalhadores continuarão a bater-se com empenho nas empresas, dos sectores e a nível nacional, por um Portugal de progresso, de justiça e de solidariedade social.

consciência da necessidade de toda a estrutura do movimento sindical se empenhar com determinação na dinamização da acção sindical, procurando, designadamente, reforçar a sua ligação directa com os trabalhadores, a nível da empresa.

Constatando a necessidade de alargar a sua intervenção global, a CGTP-IN considera que a sua acção se deve desenvolver em todos os espaços e níveis e passa pelo aproveitamento pleno e articulado de todos os mecanismos legais e constitucionais e pelo recurso às diversas instituições da sociedade.

Promessas são para cumprir

Os diversos compromissos e promessas assumidas durante a campanha eleitoral pelo PSD e Cavaco Silva merecerão da CGTP-IN uma acção que vai no sentido de não as deixar cair em «saco roto», mas antes venham a ter tradução prática imediata.

A central sindical recorda que Cavaco Silva afirmou que não se iria iniciar um período de austeridade ao mesmo tempo que considerou a liberdade e a democracia como valores consolidados na sociedade portuguesa.

A CGTP-IN registou estas afirmações, considerando-as como compromissos da parte do futuro Governo e lembrando que, na concretização das orientações económicas conduzidas anteriormente, se continuava, de facto, a insistir numa política de contenção salarial injustificada.

Do mesmo modo, é necessário que, no plano laboral, se ponha definitivamente termo aos ataques e violações dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, fazendo-os respeitar plenamente, em particular, no seio das empresas.

A CGTP-IN também não esquece o compromisso assumido pelo PSD da redução da duração legal do tempo de trabalho para as 40 horas, nem as promessas de aumento das pensões e

prestações sociais e melhor distribuição da riqueza.

O País, afirma a central sindical, tem condições e potencialidades para promover o desenvolvimento, o progresso e o bem-estar.

«Há direito a viver melhor, é possível viver melhor», diz a CGTP-IN, que adianta que os seus objectivos reivindicativos inserem-se nesta perspectiva, cuja justeza foi confirmada pelas próprias mensagens eleitorais.

Negociação Colectiva

A CGTP-IN considera particularmente importante e necessário, no presente momento, o incremento e desenvolvimento da negociação colectiva e da participação dos trabalhadores, como forma de defender, aumentar e melhorar os seus direitos.

A central sindical reafirma também a importância da realização da Conferência Sindical Nacional, tarefa em que todo o movimento sindical se deve empenhar, alargando e aprofundando o debate dos temas a todos os níveis.

A iniciativa visa melhorar a capacidade de resposta aos múltiplos e complexos problemas que se manifestam num quadro de novas realidades políticas, económicas e sociais com as consequentes mutações que se verificam a nível da organização do trabalho e das relações de trabalho na empresa e, também, do valioso contributo que poderá ser dado para a elaboração das teses do 7.º Congresso da CGTP-IN.

No quadro político resultante das eleições, a CGTP-IN afirma que continuará a actuar, de forma firme e responsável exigindo o respeito integral pelos direitos de participação e acção que as leis e a Constituição lhes conferem enquanto confederação sindical.

A central diz olhar o futuro com confiança, na certeza que os trabalhadores continuarão a bater-se com empenho nas empresas, nos sectores e a nível nacional, por um Portugal de progresso, de justiça e de solidariedade social.

Centrais sindicais da África do Sul

A CGTP-IN enviou uma mensagem às centrais sindicais da África do Sul — COSATU e NACTU — manifestando-lhes a sua total solidariedade com a luta travada pelos trabalhadores sul-afrikanos e com os objetivos que determinaram a convocação da greve geral de 4 e 5 de Novembro.

A CGTP-IN expressou ainda a sua satisfação pelos resultados obtidos, sublinhando a grande importância do contributo da unidade na acção da COSATU e da NACTU para o sucesso da greve geral.

«É nossa convicção — diz a terminar a mensagem da CGTP-IN — que a unidade dos trabalhadores é um factor positivo para a salvaguarda dos seus direitos, o que é essencial à criação de uma sociedade mais justa, de paz, progresso e justiça social.»

Situação na Jugoslávia

A CGTP-Intersindical tem seguido com grande atenção e preocupação os graves acontecimentos na Jugoslávia.

Em comunicado, a CGTP expressou a sua consternação pelo agravar do conflito entre as diversas Repúblicas e as inúmeras vítimas militares e civis, bem como a enorme destruição material daquele país balcânico.

De acordo com os seus princípios é convicção da CGTP-IN de que a guerra não poderá ser nunca uma solução para este conflito, que está a destruir seriamente o tecido social e humano da República Federativa Jugoslava.

«É do interesse de todos os povos jugoslavos que o confronto de lugar à negociação, à tolerância e ao debate pacífico das graves questões que dividem as várias repúblicas», afirma a CGTP-IN.

O comunicado adiante que é também a paz na Europa que está em jogo neste momento, existindo um perigo real de internacionalização do conflito, nomeadamente através de propostas de envio de forças armadas de outros países europeus para o interior da Jugoslávia.

Uma tal decisão, a verificar-se estaria, segundo a CGTP-IN, em flagrante contradição com os princípios firmados na Acta Final de Helsínquia.

Humor negro de Deus Pinheiro

O sr. ministro João de Deus Pinheiro revelou há algum tempo, uma nova faceta ainda de muito desconhecida, a de grande especialista em humor negro.

Numa entrevista a um jornal suíço, transformou o estatuto de temporário dos emigrantes portugueses na Suíça, a incerteza da renovação dos seus contratos sazonais de nove meses, a impossibilidade de com eles terem as famílias, a impossibilidade de alugar casa, e toda a insegurança social e familiar em que são obrigados a viver, numa «agradáveis férias» de 3 meses sempre que são compelidos a deixar a Suíça ao fim do período de 9 meses, sem qualquer salário ou protecção social durante esse período.

Segundo Deus Pinheiro, os nossos emigrantes estariam deliciados com esta «brilhante» perspectiva.

Será por isso que os sindicatos suíços e de Portugal, bem como todo o movimento sindical europeu e variadas associações de todos os tipos, incluindo as igrejas, combatem este estatuto de temporário, considerando-o como uma nova forma de escravatura?

Se o tema em questão não fosse de tanta gravidade, poderíamos ser levados a concluir, que estes portugueses emigram pela perspectiva de maravilhosas e longas férias e não para suprir as dificuldades resultantes da política de abandono e de desertificação de vastas regiões do nosso país e muito particularmente no interior e no sul, que o governo do PSD tem accentuado.

Na verdade, com um pouco menos de humor e até bastante a sério, com declarações como esta, o sr. ministro prestou um péssimo serviço aos milhares de compatriotas emigrados, que lutam pela revogação deste estatuto e pela dignificação da sua condição de emigrantes e de cidadãos portugueses de corpo inteiro.

Conferência de Paz em Madrid

A CGTP-IN saudou os esforços despendidos por todas as partes envolvidas na realização da Conferência de Paz sobre o Médio Oriente.

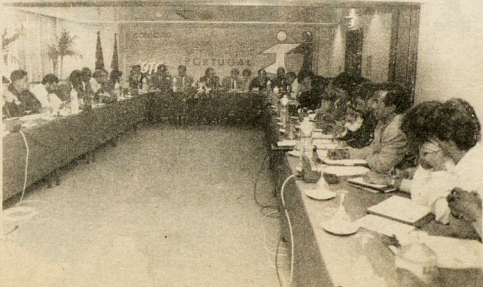
A CGTP-IN, que sempre pautou o seu posicionamento em relação à situação do Médio Oriente, pela defesa do direito do povo palestino a uma pátria própria e independente e ao reconhecimento do Estado de Israel, manifesta o seu apoio a todos os esforços da comunidade internacional que visem a prossecução destes objetivos.

É neste sentido que a CGTP-IN manifesta a esperança que a Conferência de Madrid possa vir a constituir um fórum demonstrativo da nova filosofia de relações internacionais, o que implicará a não existência de vencedores nem vencidos, mas sobretudo o reconhecimento do direito dos povos nem vencidos, mas sobretudo o reconhecimento do direito dos povos de constituírem o seu futuro clima de concórdia e respeito mútuo, o que, no caso presente, implicará necessariamente a devolução dos territórios árabes ocupados, com a cessação imediata de política de colonatos e o direito do povo palestino a uma pátria livre e soberana bem como a escolher livremente os seus representantes, e igualmente o reconhecimento do Estado de Israel com a segurança das suas fronteiras.

Trabalhadores migrantes em Portugal Maioria na precariedade

Nos passados dias 14 e 15 de Outubro, realizou-se em Lisboa, um colóquio sobre os trabalhadores migrantes em Portugal. A iniciativa, da responsabilidade da CGTP-IN contou com a presença de vários sindicalistas, de representantes do Presidente da República, de Câmaras Municipais, de embaixadas dos PALOP's e de várias associações interessadas no problema.

A propósito desse colóquio, o «Alavanca» traça aqui um breve retrato da situação.



A livre circulação de trabalhadores comunitários a partir de 1992 e a problemática dos trabalhadores migrantes originários de países terceiros, constituem actualmente motivos de aprofundado debate e reflexão.

A posição semiperiférica de Portugal no Sistema Mundial bem como razões de ordem histórica e cultural garantem a especificidade da imigração para o nosso país. Esta especificidade está associada a dois factores fundamentais: em primeiro lugar à origem dos emigrantes e em segundo lugar ao seu estatuto socio-profissional.

Uma primeira abordagem à população estrangeira residente em território nacional, revela que as principais concentrações de emigrantes são constituídas por populações originárias dos países dos PALOP's (Países de Língua Oficial Portuguesa: Cabo-Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe) e da CEE, representando respectivamente 40% e 27% do total de estrangeiros autorizados em Portugal.

A estes dois espaços de

origem, correspondem dois «perfis» de emigrantes bastante distintos. E ao nível socioprofissional que tal distinção se acentua.

Temos assim que a imigração da CEE é fundamentalmente constituída por quadros técnicos e pessoal qualificado enquanto a imigração dos PALOP's se caracteriza pela predominância de operários e pessoal desqualificado. Os primeiros suportam o investimento estrangeiro, os segundos suportam sectores de actividade onde predomina a mão-de-obra intensiva e pouco exigente em termos de qualificação (construção civil e serviço doméstico).

Os dados mais recentes disponibilizados pelo Ministério da Administração Interna (MAI) revelam-nos que existem cerca de 108 000 de estrangeiros com residência autorizada em território nacional (Dezembro de 1990).

Destes, cerca de 40% são originários dos PALOP's: 28 796 de Cabo Verde; 3506 de Angola; 3996 da Guiné-Bissau; 3175 de Moçambique; 2334 de São Tomé e Príncipe.

Do total apresentado resulta ainda o peso significa-

tivo dos cidadãos originários do Brasil.

Os emigrantes originários de países da CEE abrangem cerca de 29 mil pessoas em 1990 (26,7% do total), mais de metade dos quais provenientes da Grã-Bretanha e da Espanha.

Imigrantes no trabalho

O trabalho constitui-se como um dos indicadores mais importantes no estudo da imigração. E em busca de trabalho que muitos destes cidadãos chegam ao nosso país. Todavia a abordagem das condições de trabalho destes emigrantes tem de ter em conta duas situações distintas: a situação perante o trabalho dos trabalhadores legalizados e a situação dos trabalhadores clandestinos.

Segundo os dados disponibilizados pelo MAI, em termos de profissão/ocupação os residentes estrangeiros autorizados ocupam maioritariamente profissões operárias. Em termos de ocupação há a salientar o peso significativo dos estudantes, cerca de 25% do total dos residentes africanos autorizados.

Mas se esta é a situação, ainda que sucinta dos imigrantes legalizados, uma

outra realidade se impõe e embora difícil de quantificar não deixa de ser preocupante: a situação laboral dos trabalhadores clandestinos.

Estes emigrantes tendem a ocupar, na Divisão Social do Trabalho, os empregos com piores condições e salários mais baixos nomeadamente sectores de Construção Civil e Serviço Doméstico.

A crescente precarização e flexibilização do emprego atinge particularmente estes sectores de actividade porquanto são sectores utilizadores de mão-de-obra intensa e pouco exigentes em termos de qualificações.

Digamos que a ausência de formação escolar ou profissional associada a situação de clandestinidade torna estes emigrantes vulneráveis a uma maior precarização e marginalização em termos de inserção no mundo do trabalho.

Integração social

A habitação, o trabalho, a língua e as diferenças culturais e sociais constituem algumas das principais, senão as maiores, dificuldades de integração social destes trabalhadores.

Acesso ainda o facto de que, a exemplo do que acontece nos restantes países da Europa, estes trabalhadores são ainda alvo de manifestações racistas e xenófobas que assumem um crescente significado e dramatismo. Torna-se assim necessário desenvolver mecanismos de apoio e acolhimento que permitam a integração harmoniosa destes trabalhadores e não a sua assimilação por modelos dominantes contra os quais desenvolvem naturalmente resistências.

A participação colectiva dos emigrantes nas associações populares, nomeadamente nas Comissões de Moradores e sobretudo a sua participação nas organizações de trabalhadores (Comissões de Trabalhadores; Sindicatos, etc.) pode constituir um passo importante para a resolução de alguns dos seus problemas.

Só o reconhecimento e o respeito mútuo pela diferença permitirá o estabelecimento e emergência de sentimentos e solidariedade capazes de contribuir para a qualificação das condições de vida e de trabalho dos emigrantes em Portugal.

Nota 3

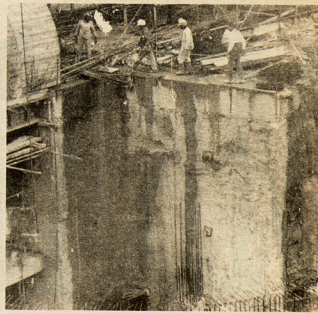
A velha Europa da abundância assiste hoje entre o pânico e a perplexidade a dois fenómenos distintos mas interrelacionados: o aumento do racismo e da xenofobia e o crescimento da violência juvenil.

Se o segundo fenómeno poderá ficar a dever-se a causas sociais internas que passam pelo desemprego por políticas neoliberais ferozes, pela promoção do sucesso individual que marginaliza os «falhados da vida», o primeiro começa a pôr em causa a velha «ordem mundial».

Nos países pobres, cada vez mais pobres, a pressão para emigrar acentuar-se-á. Em reacção, nos países ricos aumentarão as manifestações de racismo. O que daí virá não se sabe, mas é de temer a revolta dos deserdados do desenvolvimento.

Por outro lado, a explosão de violência dos gangs juvenis introduz na sociedade um clima de mal-estar generalizado provocando tensões internas difíceis de controlar. A repressão policial não esconde a profunda má consciência dos «bens instalados na vida».

Uma grave doença está a acometer os paraísos neoliberais europeus.



Salário Mínimo Nacional Mínimo para aumentar ao máximo

A CGTP-IN exige um aumento imediato do Salário Mínimo Nacional (SMN) para 50 000\$00, medida que se justifica quer porque há razões económicas que permitem este aumento, quer porque se impõe a elevação dos rendimentos dos estratos sociais menos favorecidos.

Impõe-se aumentar o SMN para 50 000\$00, também, se se quer aproximar os salários dos portugueses dos vigentes na média da CEE. Em Espanha o SMN é actualmente de 53 250 pesetas (73 485\$00) e em França (de cerca de 5520 francos (139 380\$00)).

Nos actuais valores, o SMN continua a ser um instrumento de legalização de salários de miséria e de discriminação salarial (são sobretudo as mulheres que são mais abrangidas pelos baixos salários).

A evolução do SMN

No conjunto dos três últimos anos (1988-1990) houve quebra do poder de compra do SMN, enquanto se tivemos como referência o período de 1987-1990 se constata um ganho insignificante. Neste período, o aumento de preços foi de 54,6% e o SMN cresceu 55,6%. Assim, em 1990 o SMN teve um ganho nominal de 200\$00, o que equivale a

Exige-se a elevação do Salário Mínimo Nacional para 50 000\$00.

A evolução do Salário Mínimo Nacional é um bom indicador da política social do Governo, que faz muita demagogia sobre a melhoria do nível de vida e o aumento do poder de compra dos salários.

No conjunto dos últimos três anos o SMN perdeu poder de compra.

comprar mais dois litros de leite por mês. Insignificante, quando tanto se fala

em crescimento, em período de ouro da economia portuguesa (ver quadro 1).

QUADRO 1				
ANO	SMN (MÉDIO)	SMN (VAR. ANUAL)	IPC (VAR. ANUAL)	SMN CORRIG.
1991	40 100			
1990	35 000	155,6	154,6	34 792
1989	30 750	136,7	136,1	30 627
1988	27 200	129,9	128,8	27 175
1987	25 200	112,0	110,2	24 795
1986	22 500	100,0	100,0	22 500

QUADRO 2 CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS			
ANO	SALÁRIOS	SMN	
1991		14,6	
1990	16	13,8	
1989	14	13,1	
1988	10,5	7,9	
1987	14,0	12	
1986	18,0	17,2	
1985	21,7	23,1	

FONTES: B. Portugal (Salário) e D. República

Apesar do fraco crescimento dos salários nos últimos anos, em resultado de toda uma política de moderação dos salários, verifica-se que o SMN nem acompanhou sequer o crescimento dos salários médios. É nítido o desfazimento entre o crescimento dos salários efectivos no conjunto da economia e o crescimento do SMN (ver quadro 2).

Por razões de justiça social, o salário mínimo deveria ter um crescimento superior ao dos salários médios, princípio generalizadamente aceite. Ora, tem sido o contrário o que tem acontecido. Em 1990 os salários cresceram 16%, segundo os cálculos do Banco de Portugal, e o SMN 13,8%. Este desfazimento deverá também ocorrer em 1991, atendendo a que os salários contratuais estão em 14,4% e que os efectivos deverão estar a 2% acima. Este crescimento mais baixo do salário mínimo re-

sulta, em termos de salários praticados, em menores aumentos para os trabalhadores com mais baixo nível de remuneração.

Uma questão importante é saber se o salário mínimo de 50 000\$00 está muito acima do nível de salários praticados para os trabalhadores com menor nível de qualificação.

Se tivermos como referência o salário médio de um trabalhador não qualificado (TNQ) e se admitirmos que:

a) em 1991 os salários crescem o mesmo que em 1990 (16%)

b) em 1992, os salários crescem pelo menos a soma da inflação prevista pelo Governo (10% no 1.º trimestre) com a produtividade (3%), isto é crescem 13%.

Vem-nos os seguintes valores para 1991 e 1992 (Quadros 3 e 4)

Conclui-se que a evolução natural dos salários levará a um salário médio de base de perto de 55 contos em 1992. Claro que se trata de salário médio e não de salário mínimo. Poderá a isto responder-se que também não se exige 55 mas 50 contos.

QUADRO 3 EVOLUÇÃO DO GANHO DO TRAB. NÃO QUALIFICADO TOTAL NÃO QUALIFICADO		
1992*	88 883	61 216
1991*	78 657	54 173
1990	67 808	46 701
1989	58 295	41 188

* Projeção, admitindo aumento de 16% em 1991 e 13% em 1992

QUADRO 4 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO DE BASE DO TRAB. NÃO QUALIFICADO TOTAL NÃO QUALIFICADO		
1992*	77 297	54 742
1991*	68 404	48 444
1990	58 969	41 762
1989	50 950	36 870

* Projeção, admitindo aumento de 16% em 1990 e 13% em 1992
FONTE: MESS, Quadros de Pessoal.

Transportes rodoviários Instabilidade grave

Os últimos quatro anos foram caracterizados por uma grande instabilidade no sector, tanto nas empresas nacionalizadas como nas empresas privadas.



Essa instabilidade resultou fundamentalmente dos seguintes aspectos:

- perda do poder de compra em consequência da aplicação de salários inferiores aos da inflação, o que levou a que, na generalidade dos casos, os Instrumentos de Regulamentação Colectiva não tenham sido assinados pela FESTRU;

- ataques a direitos e regalias dos trabalhadores, sobretudo nas empresas públicas;

- violação dos direitos sindicais e perseguição aos activistas;

- tentativa da municipalização da Carris e STCP e concretização do desmembramento da RN.

Ao longo dos últimos 4 anos o ministro dos Trans-

portes nunca recebeu a FESTRU apesar das dezenas de pedidos de audiência que foram formulados.

No Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP) quanto à evolução e renovação da frota, é verdade que nos últimos 4 anos se adquiriram algumas dezenas de novas viaturas destinadas ao serviço público. No entanto, as unidades adquiridas estão muito longe de atingir as necessidades dos STCP, como também não tem sido possível proceder à substituição das que não oferecem as exigidas condições de transporte e segurança.

Em termos de Higiene e Segurança no Trabalho, o STCP também não tem dado a devida importância a esta área.

Quando as empresas privadas verifica-se uma crescente precarização do trabalho através da contratação a termo, à hora, à viagem, etc. Os salários são baixos e os horários são longos, havendo trabalhadores que andam ao volante 14 e 15 horas diárias. Esta situação não só provoca um intenso desgaste dos trabalhadores como conduz aos elevados índices de sinistralidade que Portugal possui. São as próprias instâncias de poder que contribuem para tal situação aprovando horários impossíveis de cumprir com um mínimo de segurança e não procedendo à fiscalização que a situação exige. De referir ainda que a proximidade do Mercado Único Europeu impõe processos de modernização que as pequenas e médias empresas

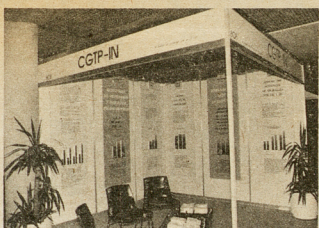
não suportam. É de prever que a concorrência com os transportadores de outros países conduza ao encerramento de muitas empresas com as consequências inerentes.

A política seguida pelo Governo para o sector trouxe claramente prejuízos tanto para os trabalhadores como para os utentes.

A Rodoviária Nacional, que resolve o problema do transporte de muitas regiões isoladas do País, acaba de ser cindida em 13 empresas como primeiro passo para a sua privatização. Mas nenhum operador privado irá fornecer transporte nas regiões onde não é possível o lucro e quem perde são as populações. Por sua vez, os trabalhadores temem pelo futuro, uma vez que as administrações das empresas cinditárias estão a fazer tudo para lhes retirarem direitos e regalias que estão contidas no 1.º AB assinado na Rodoviária Nacional e que acabaram por se estender a todo o sector.

A nível da Carris desde há muito que se coloca a necessidade da renovação da frota e de aumentá-la. Ora a Carris não adquiriu qualquer unidade de frota entre 1985 e 1990. Neste ano foram adquiridos apenas 60 autocarros, quando se considerava que no mínimo deveriam ser adquiridos 70. Por outro lado tem-se verificado uma progressiva redução do número de trabalhadores o que como é óbvio conduz a que os utentes sejam cada vez pior servidos. Além, na época de Verão circulam menos 100 autocarros.

De salientar que o sector está num período alto da contratação colectiva, envolvendo mais de 20 mil tra-



Higiene e Segurança

A CGTP-IN tem em curso, com o apoio do Programa 048 do PEDIP, uma campanha centrada nas questões da Saúde, higiene e segurança no trabalho.

Nesse sentido, esteve presente no Fórum da Medicina no Trabalho, com um pavilhão, que decorreu na FIL no final do mês de Outubro.

Recorde-se que a situação dos acidentes de trabalho é grave e que se registam mais de 1200 acidentes de trabalho por dia útil, sendo que 800 trabalhadores perdem a vida a trabalhar por ano.

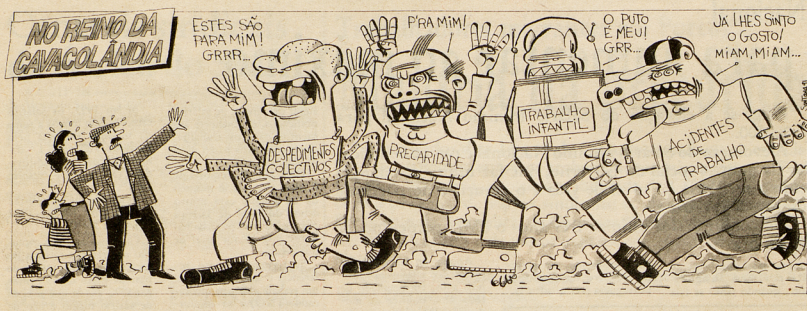
Nota 4

Não é inocente que, quando se fala de inflação, o Governo se apresse a enfatizar apenas a variável salários como responsável. Faz parte da sua política de contenção salarial. É quase propositadamente que o grande desafio é aproximar os níveis de vida e, consequentemente, os salários à Europa.

De resto, o grande desafio para reduzir a inflação no nosso país é actuar do lado da oferta, de forma a que esta responda, na flexibilidade desejada, aos estímulos da procura.

É bom lembrar que o elevado diferencial entre as taxas de juro activas e passivas é um factor que provoca inflação pelos custos, passando recursos do sector real para o sector monetário, quando o que é necessário é reestruturar o aparelho produtivo o que, acrescente-se, com estas taxas de juro se afigura extremamente difícil.

A modernização da nossa economia não passa por políticas de redução salarial, daí que qualquer estratégia, no quadro da concertação social, que vise limitar os salários é incorrecta.



Pensões

Não permitem vida digna

O Governo aumentou as pensões. Teria tomado uma grande medida se esse aumento não fosse tão ridículo.

As pensões de reforma continuam a não permitir uma vida digna. E o Governo continua a não dialogar.

Com o aumento das pensões anunciado pelo Governo, provou-se que uma coisa são as promessas eleitorais e outra bem diferente é a realidade. Cavaco Silva tudo prometeu aos reformados, desde proceder a uma mais justa distribuição do rendimento como aproximar o valor das pensões ao valor dos salários.

Afinal, o aumento anunciado não corresponde às necessidades dos reformados nem às promessas eleitorais, nem à efectiva capacidade financeira da Segurança Social.

Cerca de 1 milhão e 200 mil portugueses, ou seja 52 por cento dos reformados, vivem com 20 mil escudos ou menos. O aumento, a partir de 1 de Dezembro,

das pensões mínimas para 22 800\$00, 16 300\$00 e 14 600\$00 é ridículo e não permite de forma alguma uma vida com um mínimo de dignidade.

Estes aumentos estão abaixo dos aumentos salariais obtidos na contratação colectiva e muito mais ainda em relação aos dos salários praticados.

O Governo, ao invés de aproximar os valores das pensões aos dos salários, está a afastá-los. E o que é grave é que existe capacidade financeira para aumentar mais as pensões. O orçamento da Segurança Social, em vez de cumprir as finalidades para que existe, está a financiar reestruturações de empresas e políticas de emprego que não estão nas suas atribuições.

O argumento de que estes

aumentos, em termos percentuais, acompanham a inflação não colhe, pelo menos enquanto os valores das pensões forem insuficientes para viver.

Em comunicado, a CGTP-IN salienta que, apesar de o Governo e o Primeiro-Ministro encherem a boca de diálogo, esqueceram-se de ouvir as instituições, não deram resposta aos representantes dos reformados, nem dialogaram com os parceiros sociais.

Aquela central sindical salienta que vai continuar a lutar pelas suas reivindicações — pensão mínima do regime geral 27 500\$00 e igual aumento percentual para as restantes pensões — e exige que o orçamento de Estado para 1992 as contemple.

Novo Governo

Continuidade sem evolução

A composição do XII Governo Constitucional deixa prever que a nova fase da vida democrática portuguesa será, ao contrário do que seria de esperar, uma fase de continuidade sem evolução, pois, sendo as caras praticamente as mesmas, idênticas serão as políticas seguidas pelos diferentes ministérios.

A CGTP-IN manifestou, a sua apreensão, pois algumas das poucas alterações feitas no elenco governativo e a manutenção da maioria esmagadora dos anteriores ministros não prenciam quaisquer correcções estruturais no nosso tecido produtivo, nem o incremento duma política de valorização dos recursos humanos, nem o combate às injustiças

e às desigualdades profundas que a nossa sociedade transporta.

Antes iniciáram a continuidade da política económica e social conduzida nos últimos quatro anos e a insistência numa política de contenção salarial, assente em baixos salários.

A CGTP-IN anunciou, entretanto, que não desistirá do seu firme propósito de intervir e agir no sentido de levar o Governo a melhorar a qualidade de vida dos portugueses. Isso passa, naturalmente, pelo combate à precarização e pela garantia do direito ao emprego, por uma melhor distribuição da riqueza, pelo crescimento real dos salários e das pensões de reforma e pela redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, como máximo legal. Isso passa ainda por reformas profundas nas políticas de segurança social, de higiene e segurança no trabalho, de saúde e de habitação.



Investimento estagnou

Os últimos dados conhecidos acerca da evolução da economia portuguesa são de molde a suscitar grandes apreensões e demonstram o afunilamento do modelo económico aplicado pelo Governo PSD, conforme revelam estudos elaborados pelo Gabinete de Estudos da CGTP-IN.

Este Governo previa no «QUANTUM» (Quadro de Ajustamento Nacional para a Transição para a União Económica e Monetária) um crescimento real de 3,75%, valor que foi actualizado, nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento do Estado, para 3,5%, em face das expectativas criadas pela crise do Golfo; partia-se da hipótese de que o petróleo, neste ano de 1991, rondaria os 25 dólares por barril.

Contudo, o petróleo tem vindo a situar-se na casa dos

Conferência Sindical Nacional

A Conferência Sindical Nacional vai decorrer no Hotel Altis a 13 e 14 de Dezembro. A abertura dos trabalhos será feita em Plenário, dividindo-se depois os participantes pelas 3 secções existentes: 1 — a acção reivindicativa e as prioridades de acção; 2 — a organização sindical; 3 — a intervenção sindical no quadro da CEE.

A Conferência Sindical Nacional é constituída pelos sindicatos filiados na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional.

Os sindicatos não filiados participam na Conferência em plano de igualdade com os sindicatos filiados.

A representação dos sindicatos é proporcional ao n.º de trabalhadores neles sindicalizados.

A representação será uma proporção conforme a representatividade declarada para o VI Congresso da CGTP-IN.

Os sindicatos procederão à discussão dos temas da Conferência com os trabalhadores, ligando-os à realidade e aos problemas existentes nos sectores, regiões e locais de trabalho.

O conselho nacional analisará todas as propostas recebidas com base nas quais elaborará uma proposta, síntese global do(s) documento(s) a submeter à apreciação da Conferência.

A participação na Conferência Sindical far-se-á mediante inscrição.

O prazo de inscrição já começou e tem o seu termo 7 dias antes da data do início da Conferência.

Em casos excepcionais justificados poderão ser aceites pelo conselho nacional inscrições para além da data limite fixada no número anterior.

A mesa da Conferência é constituída pela Comissão Executiva da CGTP-IN, podendo o Conselho Nacional propor ainda outros dirigentes sindicais.

Compete à mesa da Conferência assegurar o seu bom funcionamento, na observância dos princípios democráticos; assegurar o apoio técnico e administrativo necessário ao seu bom funcionamento; apresentar à Conferência propostas que garantam o seu bom funcionamento e, eventualmente, propostas de alteração ao horário previsto no regulamento de funcionamento da Conferência; vigiar pelo cumprimento do presente regulamento.

A Conferência funcionará estando presentes a maioria dos delegados nela inscritos.

Os casos omissos e as dúvidas resultantes da aplicação do presente regulamento serão resolvidos por deliberação do Conselho Nacional.

Como nota final, registase que é desejável fazer eleger o maior número de mulheres e que se assegure uma melhor participação dos jovens na vida sindical.

BOLETIM METEOROLOGICO

Este mês temos opiniões diferentes sobre o tempo consoante o observatório. O de S. Bento afirma e já fez constar isso em todo o lado, que vem aí mais tempo, nomeadamente na região do emprego e da salários.

Os outros observatórios garantem não haver sinais de que isso tenha de acontecer, tanto mais que S. Bento afirmava antes de Outubro que as perspectivas eram de estabilidade e bom tempo, com muito sucesso à mistura.

Certo, certo é o aquecimento da região das lutas por força dos ventos neo-liberais que sopram agora com mais ganância. A cor alaranjada dá a medida do aquecimento.

Não se prevê alteração significativa, em termos de efeitos na frente ociosa Governo.

Tenha um Outono sem gripes.

